

um ano, nos termos do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, à funcionária desta autarquia Maria Goreti da Costa Vieira, auxiliar de acção educativa, a partir do dia 13 de Outubro de 2006.

16 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães*. 1000307225

CÂMARA MUNICIPAL MAFRA

Aviso

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meus despachos de 25 de Setembro de 2006, foram nomeados em lugares do quadro de pessoal desta Câmara Municipal, após terem sido dispensados da frequência dos estágios, os candidatos abaixo indicados, em virtude de terem ficado classificados em 1.º, 2.º, 3.º e 4.º lugares, no respectivo concurso externo de ingresso:

Rui Alexandre Tavares Carreiro Martins Rodrigues, no lugar de técnico superior de 2.ª classe (área de relações públicas), mantendo-se a sua nomeação como adjunto do meu Gabinete, em comissão de serviço, nos termos do n.º 4 do artigo 74.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Joana Mafalda Mota Abreu, no lugar de técnico superior de 2.ª classe (área de ciências da comunicação).

Maria Rita da Mota Capitão Ferreira Monteiro Bergano, no lugar de técnico superior de 2.ª classe (área de comunicação social).

Isabel Cristina Cardoso Tavares Ramallete, no lugar de técnico superior de 2.ª classe (área de comunicação social).

25 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Maria Ministro dos Santos*. 1000307234

Aviso

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 26 de Setembro de 2006, foi celebrado contrato administrativo de provimento com Paula Alexandra Martins dos Santos, para a realização de estágio da carreira técnica superior, com vista ao provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe (área de gestão e administração pública), do quadro de pessoal desta Câmara Municipal, na sequência do respectivo concurso externo de ingresso.

26 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Maria Ministro dos Santos*. 1000307231

Aviso

Em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho de 26 de Setembro de 2006, foi nomeada, após ter sido dispensada da frequência do estágio, no lugar de técnico superior de 2.ª classe (área de estudos europeus), do quadro de pessoal desta Câmara Municipal, Susana Patrícia Alves Silva Marques, em virtude de ter ficado classificada em 1.º lugar no respectivo concurso externo de ingresso.

26 de Setembro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Maria Ministro dos Santos*. 1000307233

Aviso

Nos termos do disposto nos n.ºs 3 e 5 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 218/2000, de 9 de Setembro, torna-se público que, por meus despachos de 6 de Outubro de 2006 e decorrido o período de um ano de nomeação em comissão de serviço extraordinária, converteram-se em definitivas as nomeações das funcionárias Anabela Cruchinho de Carvalho Dias Pereira Santos Baginha, Cláudia Sofia Filipe Cardoso e Maria do Céu da Silva Ginja Arsénio, nos lugares de técnica superior de 2.ª classe (área de antropologia), técnica superior de 2.ª classe (área de gestão) e técnica de 2.ª classe (área de gestão), respectivamente.

9 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Maria Ministro dos Santos*. 1000307232

CÂMARA MUNICIPAL DA MAIA

Edital

Alteração de operação de loteamento

Discussão pública

Torna-se público que, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, decorrerá um período de discussão pública sobre o pedido de alteração da licença de operação de loteamento, registada na Câmara Municipal da Maia sob o n.º 7840/06, em 2 de Outubro de 2006, em nome de FIGUE — Investimentos Imobiliários, L.ª, lotes 1 e 2, do loteamento titulado pelo alvará n.º 3/01, localizado na Rua de Novais, freguesia de Nogueira, com a duração de 15 dias e início 8 dias após a data de publicação do presente edital no *Diário da República*.

Para os devidos efeitos, o projecto da operação de loteamento, acompanhado da informação técnica elaborada pelos serviços municipais, estará à disposição para quem o pretenda consultar nos Serviços Administrativos de Obras Particulares e Loteamentos desta Câmara Municipal.

Os interessados devem apresentar as suas reclamações, observações ou sugestões, por escrito, no Gabinete de Atendimento Municipal ou nos Serviços de Correspondência desta Câmara Municipal.

19 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Gonçalves Bragança Fernandes*. 1000307189

CÂMARA MUNICIPAL DA MEALHADA

Aviso

Licenciamento da 3.ª alteração à operação de loteamento promovida pela Câmara Municipal — Zona Industrial da Pedrulha.

Período de discussão pública

José Carlos Calhoa Morais, vereador da Câmara Municipal da Mealhada, por competência delegada, faz saber que:

1 — Trata-se da 3.ª alteração à operação de loteamento — Zona Industrial da Pedrulha, promovida por esta autarquia local, que conforme dispõe o n.º 5 do artigo 7.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação está sujeita a discussão pública.

2 — Em cumprimento do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 22.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, por meu despacho de 19 de Outubro de 2006, determinei a abertura do período de discussão pública relativo ao projecto da 3.ª alteração à operação de loteamento da Zona Industrial da Pedrulha — 1.ª fase, promovido por esta autarquia local no âmbito do processo DGU 3/2004, cujo projecto se encontrará exposto na Divisão de Gestão Urbanística desta Câmara Municipal, sita na Urbanização do Choupal, lote 12-C, rés-do-chão, durante um período de 15 dias, com início 8 dias após a publicação do presente aviso no *Diário da República*, 2.ª série, parte especial, das 9 horas às 12 horas e 30 minutos e das 13 horas e 30 minutos às 16 horas.

2 — A discussão pública tem por objecto o projecto da 3.ª alteração à operação de loteamento.

3 — No mesmo período, qualquer interessado poderá apresentar, por escrito, as suas reclamações, observações ou sugestões, a fim de, em fase ulterior, serem apreciadas e ponderadas pelo executivo municipal.

E, para que conste, mandei publicar este aviso no *Diário da República* e outros de igual teor, nos locais habituais e, ainda, em dois dos jornais mais lidos no concelho.

20 de Outubro de 2006. — O Vereador da Câmara, *José Carlos Calhoa Morais*. 1000307190

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NOVO

Aviso

Para os devidos efeitos torna-se público que, por meu despacho de 1 de Setembro de 2006, no uso da competência prevista no n.º 3 do artigo 74.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, foi nomeada Ângela

Ricarda Carriço Sabino para o exercício do cargo de secretária do Gabinete de Apoio Pessoal à vereadora Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 73.º da mesma lei.

A referida nomeação produz efeitos a 1 de Setembro de 2006.

2 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá*.
1000307203

Aviso

Procedimento concursal para provimento de cargo de direcção intermédia de 2.º grau, chefe da Divisão de Planeamento e Desenvolvimento Económico.

1 — Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

2 — Por meu despacho de 26 de Outubro de 2006, e de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, na Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, e demais legislação aplicável, torna-se público que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação na bolsa de emprego público do presente aviso, concurso para o provimento de um lugar de direcção intermédia de 2.º grau, chefe da Divisão de Planeamento e Desenvolvimento Económico.

3 — Podem candidatar-se os funcionários que, até ao termo do prazo previsto para apresentação de candidaturas, reúnam os requisitos previstos no n.º 1 do artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, republicada com as respectivas alterações pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

Além dessas condições gerais, constituem factor de preferência em condições de igualdade entre os candidatos, a posse de licenciatura em economia e a demonstração por parte de cada um dos candidatos de que possuem conhecimento profundo da realidade concelhia e regional.

4 — Conteúdo funcional — de acordo com o artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/2004, de 20 de Abril, em conjugação com o estipulado no n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi conferida pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e em consonância com a reorganização de serviços publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 29 de Junho de 2006.

5 — A remuneração e demais regalias a auferir são as resultantes da aplicação do n.º 2 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, anexo n.º 8.

6 — Métodos de selecção:

a) Avaliação curricular — visa avaliar as aptidões profissionais dos candidatos na área para que o procedimento concursal é aberto, com base na análise do respectivo currículo;

b) Entrevista — visa avaliar as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos.

7 — Forma de provimento — nomeação, em regime de comissão de serviço, pelo período de três anos, eventualmente renovável por iguais períodos de tempo, nos termos do n.º 8 do artigo 21.º e do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005.

8 — As candidaturas devem ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo e entregue pessoalmente ou remetido pelo correio, registado e com aviso de recepção, e dele deverão constar a identificação (nome, estado, residência, número e data do bilhete de identidade e serviço que o emitiu), a habilitação académica de base, a indicação da categoria que detém, o serviço a que pertence, a natureza do vínculo e o tempo de serviço efectivo na categoria, na carreira e na função pública, sendo acompanhado de *curriculum vitae* datado e assinado.

9 — Composição do júri:

Presidente — António Joaquim da Silva Danado, vereador.
Vogais efectivos:

1.º António Jorge Tavares Pacheco Viana, chefe da DASU.
2.º Membro a designar pela Universidade de Évora.

Vogais suplentes:

1.º Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, vereadora.
2.º Vítor Manuel Boieiro Cotovio, chefe da DOAS.

10 — O presente aviso será publicado em órgão de imprensa nacional e na bolsa de emprego público, conforme refere o artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, com as alterações que lhe foram conferidas pela Lei n.º 51/2005, em conjugação com o artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 93/2004.

27 de Outubro de 2006. — O Presidente da Câmara, *Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá*.
1000307204

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDA DO CORVO

Aviso

Concurso externo para um técnico superior de 2.ª classe (desporto), estagiário

Para os devidos efeitos torna-se público que, em cumprimento do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, por meu despacho de 3 de Outubro de 2006, foi celebrado e outorgado entre a Câmara Municipal de Miranda do Corvo e Carlos Rafael Rodrigues Pereira, candidato aprovado no concurso citado em epígrafe, cujo aviso de abertura foi publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 71, de 12 de Abril de 2005, contrato administrativo de provimento regulador da situação jurídica de emprego público, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na categoria de estagiário na carreira de técnico superior de 2.ª classe (desporto), no escalão 1, índice 316.

O contrato administrativo de provimento hoje celebrado por urgente conveniência de serviço produzirá efeitos a partir do dia 19 de Outubro de 2006. [Isento do visto do Tribunal de Contas, por força da alínea b) do n.º 1 do artigo 114.º da Lei n.º 98/97, de 26 de Agosto.]

19 de Outubro de 2006. — A Presidente da Câmara, *Maria de Fátima Simões Ramos do Vale Ferreira*.
1000307230

CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS

Aviso

Concurso interno de acesso limitado para provimento de dois lugares de assistente administrativo especialista

Nomeação

Para os devidos efeitos faz-se público que, por despacho da presidente da Câmara de 24 de Outubro de 2006, se procedeu à nomeação para os lugares de assistente administrativo especialista das seguintes candidatas classificadas em 1.º e 2.º lugares, respectivamente, no concurso referido em epígrafe e cuja lista de classificação final foi publicada por aviso datado de 20 de Outubro de 2006:

Ana Isabel Almeida dos Santos Figueiredo.
Helena Maria Ribeiro Borges.

As candidatas nomeadas deverão apresentar-se a aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

24 de Outubro de 2006. — A Presidente da Câmara, *Isaura Leonor M. F. Silva Pedro*.
3000218465

Aviso de nomeação

Concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de fiscal municipal especialista principal

Para os devidos efeitos faz-se público que, por despacho da presidente da Câmara de 24 de Outubro de 2006, se procedeu à nomeação para o lugar de fiscal municipal especialista principal do seguinte candidato classificado no 1.º lugar no concurso referido em epígrafe e cuja lista de classificação final foi publicada por aviso datado de 20 de Outubro de 2006:

Alberto Manuel Moreira.

O candidato nomeado deverá apresentar-se a aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

24 de Outubro de 2006. — A Presidente da Câmara, *Isaura Leonor M. F. Silva Pedro*.
3000218468